

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: CONSTRUINDO ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Maria de Fátima Cossio
Universidade Federal de Pelotas
fatimacossio@ig.com.br

Rita de Cássia Morem Cossio Rodriguez
Universidade Federal de Pelotas
Rita.cossio@ig.com.br

Resumo: Este artigo analisa a construção do Plano Municipal de Educação, através dos resultados parciais da pesquisa intitulada “Políticas de democratização da educação e da escola: possibilidades locais”, acompanhando as ações empreendidas no município de Pinheiro Machado/RS. A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso e visa analisar a participação dos segmentos da comunidade escolar na realização do diagnóstico da situação educacional, na proposição de alternativas e na implementação das políticas. Salienta-se a importância de o poder público local assumir o compromisso com a democracia, favorecendo a autonomia e a autoria da comunidade escolar pela via da descentralização e da participação coletiva.

Palavras-chave: plano municipal de educação; políticas públicas; democracia e participação

INTRODUÇÃO

Este estudo teve início em fevereiro de 2010 a partir da solicitação da Secretaria de Educação do município de Pinheiro Machado à Faculdade de Educação da UFPel para prestar assessoria técnica à elaboração do Plano Municipal de Educação, numa perspectiva participativa e democrática.

A história do município revela uma trajetória de alternância no poder executivo de partidos conservadores, com reflexos limitadores à democratização da sociedade local. Ao assumir o poder um partido identificado com os movimentos sociais e com as lutas democráticas, o prefeito e seu secretariado buscaram na comunidade local e regional o apoio de que necessitavam para promover as mudanças que entendiam necessárias.

A participação da Universidade passou a ocorrer em duas frentes, através da extensão, assessorando a organização, implementação e avaliação do Plano Municipal de Educação, e através da pesquisa, acompanhando e analisando o processo empreendido. Estas duas ações se complementam e, em alguns momentos se confundem, pois ao mesmo tempo em que se discute e decide por uma determinada ação, analisam-se os seus pressupostos, intencionalidades e impactos na ampliação da democracia nos espaços escolares e na sociedade em seu conjunto.

Este artigo aborda o momento atual da pesquisa, em que se concluiu a análise de contexto e se avalia o nível de participação dos segmentos que envolvem a comunidade escolar, além de se levantar algumas proposições para a elaboração da política de educação para o município, materializada no Plano Municipal de Educação.

Inicialmente, procura-se analisar a história recente das tentativas de elaboração de planos educacionais e sua importância na formulação e implementação de políticas públicas.

A seguir, demonstram-se algumas análises da realidade educacional do município, a partir de indicadores divulgados pelo INEP/MEC, PNAD 2009, Censo escolar 2009/2010; dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação e pelas escolas individualmente em 2010; sínteses dos debates realizados pelos segmentos dos professores e pais. A combinação destes dados compõe o cenário atual. As proposições iniciais ao Plano Municipal de Educação são apresentadas considerando algumas temáticas elencadas como importantes para fazer frente às demandas destacadas no diagnóstico da educação atual, tendo como pano de fundo a preocupação com a ampliação dos espaços de democracia e de participação.

Utiliza-se o conceito de democracia participativa de Boaventura de Souza Santos (2003, 2007) e as suas idéias sobre emancipação, sobretudo quando assinala que a ampliação das experiências democráticas em escala global, parte da valorização das experiências locais, das vivências concretas de pessoas que resistem à regulação.

Para analisar os momentos de construção da política local, utilizam-se a tese de Ball (1994, 2001, 2004, 2005) sobre o “Ciclo de políticas”. Cossio e Rodriguez (2010) esclarecem que o autor defende esta tese

como um método de pesquisa para compreender a política educacional, destacando a sua complexidade, ou seja, a impossibilidade de análise linear e simplificada das decisões e práticas nesse campo e a necessidade de enfatizar os processos micro-políticos e a ação dos sujeitos que lidam com as políticas no nível local, neste caso referindo-se tanto a gestores quanto aos professores e demais atores do cenário político e educacional local. Indica, ainda, a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais (p.3).

Por fim, indicam-se os caminhos que ainda precisam ser percorridos.

PLANOS DE EDUCAÇÃO: UM POUCO DA HISTÓRIA

As recentes discussões acerca da construção de um novo Plano Nacional de Educação, cujo projeto de lei encontra-se atualmente no Congresso Nacional com previsão de aprovação até o final do primeiro semestre de 2011, não são novidade no cenário educacional brasileiro. Iniciativas de elaboração de planos que contribuam na definição de metas e prazos para a materialização de objetivos educacionais podem ser encontradas desde a década de 30.

Cury (2009) destaca que os precursores da idéia de que o país precisaria ter um planejamento educacional orientador da política nacional foram os signatários do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” redigido em 1932. Este documento pode ser considerado a primeira tentativa de elaboração de um plano de educação para o país e, portanto, o reconhecimento da educação como uma questão de importância nacional.

Em que pesem às tentativas anteriores, o primeiro Plano Nacional de Educação data de 1962, tendo como base a LDB de 1961. O plano consistia em um conjunto de metas qualitativas

e quantitativas a serem alcançadas em oito anos, além de estabelecer os critérios para aplicação dos recursos destinados à educação. De acordo com análise de Azanha (1998), este plano, de iniciativa do Ministério da Educação e aprovado pelo Conselho Federal de Educação, não constituiu uma lei que determinasse os objetivos e metas educacionais, tornando-se mais um plano de aplicação dos recursos federais para a educação do que propriamente uma proposta educacional para a nação (CURY, 2009).

Durante o período da ditadura militar (1964-1985) predominou o planejamento centralizado na burocracia estatal numa perspectiva tecnicista.

De acordo com Zainko (2000)

Uma análise da gênese ideológica e política do planejamento no Brasil indica que do mesmo modo que se formava a estrutura teórica e técnica da política econômica, a da política educacional assentava-se na transposição acrítica das concepções e modelos em voga nos países desenvolvidos. Os esforços de aperfeiçoamento não foram suficientes para evitar que houvesse uma ritualização do planejamento, em todos os níveis, resultando na reprodução de objetivos e modelos de ação, previamente determinados, que conseguiam, no limite, acentuar o imobilismo do sistema educacional diante das pressões sociais por sua transformação (p.135).

O processo de redemocratização do país e a Constituição de 1988 trouxeram novas perspectivas para o país, com alguns avanços no campo da educação, especialmente no que se refere ao entendimento da educação como um direito.

A LDB de 1996 define em seu art.9º que cabe a União a elaboração do Plano Nacional de Educação em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Em 09 de janeiro de 2001, o Plano Nacional de Educação foi aprovado pelo Congresso Nacional por meio da Lei nº 10.172. Para Aguiar (2010, p.712), “o texto final aprovado traz as marcas dos embates ocorridos ao longo da tramitação da proposta”, e suas limitações encontram-se basicamente na questão dos recursos que garantiriam o alcance das metas propostas.

Aguiar (2010) ressalta a importância deste plano ao considerar

de um lado, que a aprovação do PNE, a despeito dos problemas conjunturais enfrentados, constituiu um passo importante para o estabelecimento de políticas que ultrapassam gestões de governos nas três esferas jurídico-administrativas; e, de outro lado, que a sua implementação e eventuais alterações dependem do empenho dos governos e da pressão e envolvimento dos setores organizados da sociedade (p.709).

Destaca-se que o PNE 2001-2010 foi o primeiro Plano Nacional aprovado por Lei, constituindo-se em uma política de Estado e, como tal, superou a idéia de um plano de governo que se encerra quando este governo chega ao fim.

Algumas avaliações recentes dos impactos do PNE ressaltam que um dos principais desafios foi a sua implementação na perspectiva da colaboração entre os entes federados. O regime de colaboração pressupõe ações conjuntas e, neste esforço, era imprescindível que os Estados e Municípios assumissem o compromisso de elaborar seus planos decenais, com metas, prazos e destinação de recursos. Aguiar (2010) argumenta que

Estabelecidas as prioridades do PNE, cabia aos governos, nos âmbitos, dos estados e municípios, a sua operacionalização em uma estratégia articulada com a União, dada a magnitude dos problemas da realidade brasileira. Contudo, tal situação não se confirmou, na dimensão esperada, haja vista as dificuldades e as omissões de vários estados e municípios para engajamento neste processo. Os objetivos e metas do PNE, tendo em vista a sua amplitude e complexidade, exigiam um esforço coordenado dos entes federados para garantir à população o acesso à educação escolar pública de qualidade. Múltiplos desafios emergem quando os objetivos e metas são traduzidos em ações concretas pelos agentes governamentais, em articulação com setores da sociedade (p.714).

Durante as conferências preparatórias para a Conferência Nacional de Educação (CONAE), ocorrida em março de 2010, uma das questões mais debatidas foi justamente a regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados, indispensável à construção de um Sistema Nacional de Educação, consubstanciado por um Plano Nacional de Educação em sintonia com as demandas sociais emergentes.

Cury reitera a importância deste tema ao afirmar que

a Constituição faz uma escolha por um regime normativo e político, plural e descentralizado, onde se cruzam novos mecanismos de participação social com um modelo institucional cooperativo que amplia o número de sujeitos políticos capazes de tomar decisões. Por isso mesmo, a cooperação exige entendimento mútuo entre os entes federativos e a participação supõe a abertura de novas arenas públicas de deliberação e, mesmo, de decisão (2009, p. 24).

O novo Plano Nacional de Educação, para atender as suas dez diretrizes e vinte metas, tem que contar com um sistema claro de repartição de atribuições e um regime fiscal que atenda, de fato, ao pacto federativo (CURY, 2009).

O projeto do PNE que tramita no Congresso Nacional reitera a necessidade de Estados e Municípios elaborarem seus Planos de Educação para os próximos dez anos, sendo este um momento privilegiado para a realização de diagnósticos locais com a definição de demandas e proposições, contando com a participação ativa da comunidade.

CENÁRIO ATUAL E PROPOSIÇÕES INICIAIS AO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Os dados coletados e analisados a partir dos indicadores educacionais, dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação - SMEC e pelas escolas em 2010, bem como a análise dos instrumentos aplicados à comunidade escolar, demonstram demandas imediatas e outras de médio e longo prazo. O panorama atual é satisfatório em relação ao ingresso no ensino fundamental na faixa etária de 6 a 14 anos, se comparado aos dados de 2008, mas apresenta problemas relacionados à permanência e sucesso dos estudantes no processo de escolarização. Faltam vagas na educação infantil e na educação de jovens e adultos. A educação no campo precisa atender às peculiaridades da região e a educação especial carece de estrutura, materiais didáticos e qualificação dos professores.

No que se referem ao acesso, os dados demonstram o distanciamento entre a população local na faixa etária de 0 a 5 anos e o número de alunos matriculados em creche e pré-escola, não

alcançando 20% da população. Os dados oficiais informam a existência de uma creche e cinco pré-escolas para o atendimento de uma população de 936 crianças e, ainda, a pouca formação dos professores que atuam nesta modalidade, pois somente 08 professores são habilitados em nível superior.

Já o índice de analfabetos é 14%, acima da média nacional, que é de 9,7% entre a população de 15 anos ou mais. A análise demonstrou a escassez de programas e turmas de EJA nas escolas da rede municipal, embora a demanda seja evidente. Há apenas uma escola que oferece duas turmas de EJA. Estas turmas apresentam altos índices de evasão e de repetência. Não há programa de qualificação dos professores que atuam nesta modalidade e a forma de contratação se dá através do interesse em trabalhar na EJA e a disponibilidade de horário. Assim, é frequente professores dos anos iniciais da rede municipal que trabalham à tarde, aceitarem assumir uma turma de EJA para ampliar os seus rendimentos, sem ter qualquer identificação ou conhecimento deste campo.

Em relação à educação no campo, é conveniente salientar que as escolas rurais foram nucleadas na década de 80, sob a alegação de poder oferecer um ensino de mais qualidade, eliminando as pequenas escolas localizadas, na maioria das vezes, em fazendas particulares, atendendo a um número reduzido de alunos, em condições precárias.

As atuais escolas rurais são de ensino fundamental completo, os professores são titulados em suas áreas de atuação e há um transporte escolar que realiza o deslocamento dos alunos. Entretanto, por medida de economia e para tornar viável operacionalmente o transporte, os alunos têm aulas em dias alternados, ficando, nestes dias, os dois turnos na escola. Não há uma preocupação curricular com a manutenção da identidade rural, primeiro porque os professores, em sua maioria, são oriundos da cidade. Segundo, porque os alunos são de várias comunidades, com características próprias, mesmo sendo todas do campo. A abordagem dos conteúdos é a mesma adotada nas escolas urbanas, conforme depoimentos dos próprios professores.

O Ensino Fundamental abrange quase a totalidade dos alunos em idade escolar, mas se percebe que a ampliação do acesso não implicou no aumento da qualidade do ensino, constatado pelos altos índices de evasão e de repetência.

Em relação ao número de matriculados na rede municipal, observa-se a diminuição significativa em toda a rede, principalmente se comparado aos anos de 2007 e 2009, onde se verifica uma redução de mais de 100 alunos.

Porém, tais reduções não foram detectadas em todas as escolas ou em todas as turmas. As maiores reduções no número de matriculados foram nas escolas Avelino de Assis Brasil, Dois de Maio e Passo do Machado. As demais escolas mantiveram a mesma média de 2008 e somente a Escola Ana Tereza da Rosa ampliou o número de alunos matriculados em 2009, o que permite observar as relações entre rendimento e matrículas nas séries/anos.

Analisando em cruzamento matrículas e aprovação, é possível inferir que uma das causas desta redução são os índices elevados de reprovação em várias séries/anos destas escolas, ocasionando evasão, principalmente dos alunos que estão além da idade escolar considerada adequada.

Observou-se a relação do número de alunos por escola e série/ano, onde foi verificado que as séries/anos com maior redução foram o 2º, 3º, 4º, 6º e 7º Anos. Nos demais, a média manteve-se regular ou superior aos anos anteriores. E as séries/anos com ampliação de matrículas foram o 1º, 5º, 8º, 9º.

As metas projetadas a partir dos resultados do IDEB foram superadas através de ações realizadas pela Secretaria de Educação, cuja intencionalidade oportunizou que os índices alcançados em 2007 e, principalmente 2009, fossem além das expectativas. Percebem-se avanços gerais que precisam ser mais bem avaliados em seus detalhamentos, bem como as relações entre avanços, programas empreendidos e qualidade, como forma de analisar até que ponto cada uma das ações se mostraram eficientes.

Dentre estas ações propostas e implementadas pela Secretaria Municipal da Educação para enfrentar de imediato as demandas mais evidentes se pode citar: a composição do quadro de professores com titulação adequada para atender as reais necessidades das escolas, ao mesmo tempo em que foram articuladas as proposições para a realização de concurso público para ingresso na carreira.

Uma segunda proposta, relacionada à formação continuada dos professores, foi a inserção da rede no programa GESTAR do governo federal, que propiciou a qualificação nas áreas de Matemática e Língua Portuguesa.

Outra proposta importante da SMEC foi a discussão geral e por escola dos índices de aprovação, reprovação, evasão apresentados nos últimos anos, com análise do IDEB e das séries em que as dificuldades se intensificaram. Após a análise dos dados, foram elaboradas metas para superação, com prazos e expectativas a serem cumpridas, através de encontros e reuniões específicas para este fim, onde equipes diretivas e professores sentiram-se instigados a avançar. Os professores percebidos em seu trabalho e suas necessidades entendem que tiveram mais condições de qualificar o trabalho pedagógico, embora ainda reivindiquem reuniões periódicas com a equipe diretiva, buscando amenizar as dúvidas e revisar métodos de avaliação, além de construir projetos de ensino que estejam sintonizados com as necessidades e aspirações dos estudantes.

Houve, ainda, propostas de orientação para a aplicação do recurso Federal – Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. Além disso, o município aderiu ao Programa de Ações Articuladas – PAR, do governo federal, justamente em decorrência dos baixos índices no IDEB.

Para complementar a análise de contexto e identificar as demandas numa perspectiva democrática, buscou-se organizar e qualificar a participação dos diversos segmentos da comunidade educacional através de instrumentos orientadores de discussões e debates por segmento, culminando em documentos sínteses. Os temas foram agrupados em sete eixos: gestão do sistema, gestão da escola, concepções e práticas curriculares, organização do PPP e funcionamento da escola, processo de ensino e aprendizagem, recursos materiais e humanos, trabalho docente.

Salienta-se que os segmentos foram instigados a realizarem uma análise da situação atual da educação no município e a proporem alternativas, a partir da reflexão e discussão sobre as experiências e observações do cotidiano.

Até o momento obteve-se as contribuições de professores e pais. Os funcionários e alunos ainda não foram consultados, sendo estes, portanto, considerados dados iniciais.

Propiciar espaços de participação a pessoas pouco habituadas a exporem seus pontos de vista é uma tarefa complexa, que exige preparo de quem se propõe a ampliar as esferas participativas.

Para tanto, buscou-se suporte na teorização de Santos (2007) quando ele propõe a discussão de alternativas para a reinvenção da emancipação social. O autor provoca com a idéia da “Sociologia das Ausências”, reafirmando a importância de se perceber a realidade para além do que existe, afirmando que

... muito do que não existe em nossa realidade é produzido ativamente como não-existente, e por isso a armadilha maior para nós é reduzir a realidade ao que existe. Assim, de imediato compartimos essa racionalidade preguiçosa, que realmente produz como ausente muita realidade que poderia estar presente (p.28).

Significa subverter a noção hegemônica de realidade que desconsidera os saberes não científicos e torna invisíveis os conhecimentos alternativos, considerados não rigorosos e que, ao longo do tempo, gerou o silenciamento, impossibilitando o diálogo.

O diálogo não é possível simplesmente porque as pessoas não sabem dizer: não porque não tenham o que dizer, mas porque suas aspirações são improferíveis. E o dilema é como fazer o silêncio falar por meio de linguagens, de racionalidades que não são as mesmas que produziram o silêncio. Esse é um dos desafios mais fortes que temos: como fazer o silêncio falar de uma maneira que produza autonomia e não a reprodução do silenciamento (SANTOS, 2007, p.54).

Realizaram-se vários encontros com as equipes gestoras da Secretaria Municipal de Educação e das escolas, no sentido de aprofundar estudos teóricos e do contexto social e educacional do município, buscando ampliar a compreensão da realidade e a possibilidade de se vislumbrar posições contra-hegemônicas. O grande desafio constituiu-se em preparar o grupo para orientar as discussões e subsidiá-las, sem dirigi-las.

De fato, o primeiro eixo “gestão do sistema” foi o que mais gerou debates, análises e proposições. Os professores destacam aspectos como a necessidade de um quadro docente efetivo e estável, constituído a partir de concurso público de provas e títulos; formação continuada de professores; valorização do profissional da educação; promoção de intercâmbio entre as escolas; oferecimento de cursos de iniciação profissional específicos, voltados para a realidade dos alunos e para o mercado de trabalho local e regional.

Os pais, por sua vez, reiteram algumas das alternativas salientadas pelos professores, mas acrescentam que é preciso ampliar as oportunidades educacionais, especialmente em termos de vagas na educação infantil, na Educação de Jovens e Adultos e no processo de inclusão

dos sujeitos com necessidades educativas especiais. Para tanto, reivindicam mais recursos com vistas à adequação das escolas em termos estruturais (acessibilidade), equipamentos e recursos didáticos, bem como a qualificação dos professores para atender a diversidade.

Sugerem a ampliação dos espaços de participação da comunidade escolar, especialmente em relação à aplicação das verbas, mas, ao mesmo tempo reconhecem o pouco interesse das famílias em participar da escola. Neste sentido, solicitam que as escolas realizem ações que sensibilizem a comunidade para a importância de os pais acompanharem o desempenho escolar dos filhos e para a necessidade de vivenciarem a escola de forma mais direta, sabendo quais as propostas, contribuindo com idéias e ações que melhorem o tipo de ensino que é oferecido.

A comunidade acredita que é responsabilidade do poder público realizar o levantamento local da existência de crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais, para, a partir deste diagnóstico, poder elaborar políticas e realizar ações que promovam a inclusão.

Destaca-se que os pais abordaram questões que não foram citadas pelos professores, notadamente com relação ao financiamento da educação, ampliação da participação da comunidade e da oferta educacional nas modalidades e etapas ainda não contempladas plenamente pelo poder público.

Quanto à gestão da escola, os professores afirmam que é preciso melhorar a qualidade da educação, na medida em que percebem que apesar de os índices de reprovação terem reduzido nos últimos três anos, não significou que os alunos de fato aprenderam tudo o que seria necessário para cada período escolar. Entendem que seria importante a realização de um diagnóstico aprofundado da realidade de cada escola, evidenciando as áreas em que há maior dificuldade por parte dos alunos, para após a identificação a escola possa adotar medidas didático-pedagógicas para avançar nas aprendizagens. Reiteram que os alunos demonstram pouco envolvimento com o estudo e, em parte, analisam que se deve a falta de perspectivas para o futuro e que isto depende de ações combinadas entre o poder público, ampliando as oportunidades econômicas locais e das famílias, na valorização da escola e dos professores, oferecendo um ensino de mais qualidade. Esta idéia também é compartilhada pela comunidade.

Os professores acreditam na necessidade de as escolas criarem espaços para discussão e planejamento com vistas ao aperfeiçoamento docente.

A comunidade, mais uma vez, reivindica maior participação na tomada de decisões, desta vez em relação ao que ocorre nas escolas. Gostariam de participar na gestão dos recursos que são enviados as escolas, podendo opinar sobre onde serão aplicados.

Atualmente a rede pública não dispõe de Conselhos Escolares. As unidades executoras dos recursos enviados anualmente pelo Ministério da Educação, dentro do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, são os Círculos de Pais e Mestres. Esta forma de organização exclui os segmentos dos alunos e dos funcionários no processo decisório. Sabe-se que a Secretaria de Educação está em processo de organização dos Conselhos Escolares, o que irá, inevitavelmente, ampliar a participação comunitária nas questões financeiras.

Sobre a questão curricular, os professores conceituam como tudo o que se refere ao processo educativo intencionalmente promovido pela escola. Esta perspectiva ultrapassa o sentido de listagem de conteúdos e se estende aos espaços/tempos programados para promover a educação.

A comunidade amplia a análise curricular e reforça a importância de as escolas atenderem as diretrizes curriculares, com ênfase nos programas para promoção de atendimento da diversidade étnico-racial e de gênero; implantação do ensino de história e cultura afro-brasileira; superação das desigualdades educacionais entre urbana e o campo em diálogo com os movimentos sociais, ampliando o acesso a escola do campo e viabilizando a modalidade de EJA.

O projeto político-pedagógico - PPP da escola é entendido pelos professores como um documento norteador das ações da escola e precisa revelar os desejos de toda a comunidade. Implica participação de todos os segmentos e o conhecimento profundo da realidade escolar e seu entorno. Este conhecimento precisa ser atualizado, na medida em que a realidade é dinâmica e as necessidades se modificam com a mesma intensidade em que muda a própria sociedade.

Sabe-se que a sua execução exige um tempo para amadurecimento e análise, mas é imprescindível a disposição dos sujeitos que fazem a instituição de empreenderem processos continuados de avaliação de suas ações em direção ao alcance dos propósitos explicitados no projeto da escola.

O PPP não é um projeto individual ou de um grupo privilegiado, mas é resultado de acordos, consensos e objetivos estabelecidos coletivamente. É inegável que os interesses não serão sempre convergentes, ao contrário, muitas disputas estarão presentes durante a sua elaboração e até mesmo ao longo de sua execução, visto que a escola é um espaço de múltiplas idéias e perspectivas. Entretanto, quando se trata de definir os rumos da educação, é preciso o esforço de se chegar a consensos mínimos, ainda que provisórios e sujeitos a revisões.

A comunidade foi mais objetiva quanto ao projeto da escola, elencando algumas demandas que consideram importantes. Dentre elas, destacam o turno integral, com atividades variadas que ampliem as experiências dos alunos tanto nos conteúdos escolares específicos, quanto em outras habilidades, que podem ser esportivas, artísticas, de iniciação profissional. Citam, inclusive, aulas de informática, teatro, dança, línguas estrangeiras, entre outras.

No que se refere à organização e funcionamento da escola, os professores argumentam que as escolas possuem bons espaços físicos, mas ainda não estão adaptados a crianças pequenas na pré-escola e aos deficientes físicos. Reivindicam a criação de um Laboratório de aprendizagem para atender alunos com defasagem na aprendizagem e distorção idade/série.

Acreditam que a escola precisa ter mais autonomia em relação ao currículo e ao calendário escolar, permitindo que a escola decida, inclusive sobre os seus próprios programas de formação continuada e projetos extraclasse.

Para os professores pesquisados, o processo de ensino e de aprendizagem precisa envolver atividades interessantes, lúdicas, que desenvolvam o raciocínio lógico, a ampliação do repertório lingüístico, a socialização e o preparo para o mundo do trabalho. Oportunizar

atividades desafiadoras e construtivas, valorizando o conhecimento dos alunos, dando-lhes novas perspectivas.

A comunidade indica que a escola precisa formar os alunos para a cidadania. Além disso, salientam que seria necessário a SMEC disponibilizar profissionais habilitados na área da saúde para auxiliar na educação; corrigir a distorção idade/série; adotar uma avaliação que contribua na mudança do processo ensino-aprendizagem; avançar nas metodologias e conteúdos; tornar o processo ensino-aprendizagem significativo; voltar-se para a educação para o trabalho. Salienta ainda que a escola precisa organizar-se para dar o devido atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem ou com deficiência.

Entendem que a escola deve preparar o aluno para o futuro, para isso acreditam que há necessidade de maior dedicação dos professores; aprimoramento dos mecanismos de avaliação do desempenho dos alunos e do fazer pedagógico dos professores; atividades diferenciadas com jogos educativos e atividades extraclasse, favorecendo a permanência e o sucesso dos alunos na escola.

Em relação ao trabalho docente, os professores argumentam que é dificultado pelas condições precárias ou inadequadas de alguns espaços, ou mesmo a inexistência de alguns, como uma quadra de esportes, laboratórios, salas de recursos, bibliotecas com livros em quantidade suficiente para os alunos e diversificados.

Os familiares também são responsabilizados por algumas das dificuldades enfrentadas pelos professores. Referem-se tanto às questões de disciplina, quanto das questões de aprendizagem. A análise feita pela maioria dos professores é de que as famílias abriram mão de educar os seus filhos, transferindo esta responsabilidade aos professores. Certamente que este encargo precisa ser compartilhado e não será transferindo responsabilidades ou culpabilizando ora uns ora outros que se poderá minimizar este problema.

Observa-se uma grande preocupação dos professores, em diferentes momentos, em relação aos alunos com dificuldades de aprendizagem ou com deficiência. Neste caso, acreditam que o sistema deveria constituir uma rede de apoio às famílias e as escolas, com profissionais habilitados e em quantidade suficiente para atender a crescente demanda.

A valorização da docência também foi salientada. Os professores reivindicam um plano de carreira que incentive a qualificação dos professores, mas, sobretudo, desejam que os professores ingressem na carreira por concurso público e que possam vislumbrar de fato uma carreira.

Recentemente a Prefeitura realizou o concurso público para ingresso dos professores, o que não ocorria a muitos anos, originando um quadro permanente, com maiores possibilidades de elaborarem e desenvolverem bons projetos educativos.

Salários justos também foram mencionados, o que parece se encaminhar pela via da revisão do Plano de Carreira e a constituição de quadro permanente de professores.

A comunidade quando indagada sobre a profissão docente também propõe a valorização salarial, afirmam que estimular a melhoria da remuneração, reconhecer a existência de bons

profissionais, desenvolver atitudes que aumentem a auto-estima dos professores, incentivar a sua participação na tomada de decisões, rever o plano de carreira, investir na formação continuada, contribuirão para que os professores trabalhem melhor e aumentem as condições de ensino, com conseqüências inequívocas para a formação mais qualificada dos alunos.

A experiência de diálogo com estes dois segmentos da comunidade escolar demonstrou as possibilidades emergentes, de pensar o futuro contraído, não infinito, mas concreto, de “utopias realistas, suficientemente utópicas para desafiar a realidade que existe, mas realistas para não serem descartadas facilmente” (SANTOS, 2007, p. 37).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se salientar neste trabalho a importância da participação da comunidade na formulação de políticas públicas e, neste caso, na elaboração do Plano Municipal de Educação. Evidenciou-se, também, a complexidade do processo democrático, especialmente nos casos em que a prática da democracia foi historicamente pouco exercida, como é a situação da população do município em estudo.

Não basta dar voz à comunidade, é preciso reconhecer estas vozes como legítimas, como capazes de contribuir para a melhoria das condições de oferta da educação. Assim, destaca-se a importância da iniciativa do poder público local de construir coletivamente o seu Plano Educacional.

O esforço até então empreendido foi no sentido de aprender junto com os gestores locais e a comunidade a situar as ausências e a reconhecer as emergências (SANTOS, 2007), propiciando a ampliação do diálogo, das trocas, do respeito mútuo.

Dos diálogos realizados, percebeu-se que os pais conseguiram explicitar de forma mais intensa seus pontos de vista, suas necessidades e desejos. Os professores, em sua maioria, restringiram as suas análises e proposições às questões da carreira docente e das condições de trabalho. É provável que estas sejam as questões mais prementes. No entanto, outros aspectos poderiam ter sido mais explorados porque direta ou indiretamente interferem na qualidade do trabalho que realizam, como por exemplo, o financiamento da educação e, especialmente, a autonomia financeira das escolas. Entretanto, compreende-se que a participação, como expressão da democracia, se fortalece e se intensifica na medida em que os espaços democráticos se ampliam.

Santos (2003) propõe como forma de ampliação democrática, a relação entre democracia representativa e democracia participativa, ao mesmo tempo em que defende três teses para o fortalecimento da democracia participativa. A primeira é o reconhecimento de que não existe um único formato democrático, o que é apontado pelo multiculturalismo e pelas experiências de participação no sentido da ampliação da deliberação pública. Assim, o primeiro elemento da democracia participativa seria o aprofundamento dos casos em que o sistema político abre mão de suas prerrogativas decisórias em favor de instâncias coletivas de decisão. A segunda é a passagem do contra-hegemônico do plano local para o global, como elemento essencial

ao fortalecimento da democracia participativa. A articulação global/local torna possível a aprendizagem contínua, considerada requisito fundamental do êxito das práticas democráticas animadas pela possibilidade da democracia de alta intensidade. A terceira tese advoga a ampliação do experimentalismo democrático, pois a pluralização cultural, racial e distributiva da democracia requer que se multipliquem experimentos nessas direções.

O que se impõe atualmente no processo de formulação do Plano de Educação do município é complementar o diálogo com os demais segmentos, sistematizar as contribuições, cotejando-as com as contribuições dos professores e pais e, sobretudo, o desafio da implementação das políticas (contexto da prática).

O contexto da prática para Ball (1994), é onde a política é alvo de interpretações e até mesmo de recriação por parte daqueles que atuam diretamente no processo educativo. É onde a política produz efeitos que podem representar mudanças e transformações na política original e nas ações concretas nas escolas.

Acredita-se que tornar visíveis as tentativas de democracia participativa na formulação de políticas educacionais locais, favorece o diálogo e contribui para o aprofundamento das experimentações em curso, qualificando-as.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Angela da S. *Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2010: questões para reflexão*. In: Educ. Soc., Campinas, v.31, n.112, p. 707-727, jul-set 2010. Disponível em [HTTP://www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br), acesso em 05/01/2011.

AZANHA, José Mário Pires. Planos e políticas de educação no Brasil: alguns pontos para reflexão. In: MENESES, João Gualberto de Carvalho et al. *Estrutura e funcionamento da educação básica: leituras*. São Paulo: Pioneira, 1998.

BALL, S. J. *Education reform: a critical and post-structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994.

_____. *Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação*. Currículo sem Fronteiras, v.1, n.2, p.99-116, Jul/Dez 2001.

_____. *Performatividade, privatização e o pós Estado*. In: Educ. Soc., Campinas, v.25, n.89, p. 1105-1126, set./dez. 2004.

_____. *Profissionalismo, gerencialismo e performatividade*. In: Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, 2005.

BRASIL. IBGE/PNAD. *Síntese de indicadores 2009*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009>, acesso em 09/01/2011.

BRASIL. MEC/INEP. *Censo escolar da educação básica 2009 e 2010*. Disponível em <http://www.educasensomec.inep.gov.br/basica/censo>, acesso em 20/12/2010.

BRASIL. MEC/INEP. *Índice de Desenvolvimento da Educação*. Disponível em <http://sistemasidep.inep.gov.br>, acesso em 20/12/2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Por um Plano Nacional de Educação: nacional, federativo, democrático e efetivo*. In: revista brasileira de política e administração da educação. V.25, n.1, p.1-184. jan/abr 2009.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS. Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice. O social e o político na Pós-Modernidade*. 3ª edição. Porto, Portugal, Educação. Afrontamento, 1995.

_____. *A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Um discurso sobre as Ciências*. Porto, Portugal: Afrontamento, 2004.

_____. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.